

CLIMA Profissionais que perderam suas condições de trabalho - em várias escalas de prejuízo -, precisam ter facilitadas as obrigações contábeis

'Tivemos conquistas importantes, mas ainda estamos inseguros'

Entre as centenas de profissionais da Contabilidade atingidos pelas enchentes no Rio Grande do Sul, Diogo Chamun teve várias frentes de atuação. Além de não deixar a empresa Chamun Assessoria Empresarial inativa pela falta de luz e sem acesso, por estar localizada próxima ao aeroporto Salgado Filho, precisou reunir forças no apoio a funcionários e outras vítimas da calamidade neste mês de maio. Em paralelo, o contador atuou junto ao governo federal para que os profissionais que perderam condições de trabalho - em várias escalas de prejuízo, tivessem facilitadas as obrigações contábeis, até que restabeleçam a capacidade funcional.

Diretor de Políticas Estratégicas e Legislativas da Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas (Fenacon), Chamun comemora algumas conquistas, mas ainda há muita insegurança entre os profissionais. Em entrevista ao JC Contabilidade, o dirigente lembra que, se por um lado houve a dilatação de prazos, por outro, o decreto de calamidade, caso reeditado com alteração no número de municípios atingidos, pode causar uma série de problemas, tanto para contadores quanto para cliente atendidos.

JC Contabilidade - Já é possível medir o impacto das enchentes nos escritórios contábeis do Estado?

Chamun - Acredito que não. Nós ainda vamos ter muitos desdobramentos porque tem situações diretas, como prejuízo material, nos escritórios onde a água entrou e o pessoal perdeu equipamentos. Esses prejuízos são mensuráveis. E tem prejuízos futuros. No meu escritório, que não foi atingido diretamente, acabamos desfocando de atribuições, saímos da rotina. Não fomos atingidos, mas quatro funcionários perderam tudo. Ficamos no apoio a eles, à sociedade e a clientes. A nossa rotina mudou, o que quer dizer que deixamos coisas para fazer depois. As obrigações acessórias foram adiadas. A gente ganhou um fôlego importan-

tíssimo, mas terão que ser feitas em algum momento.

Contab - É possível calcular as perdas das empresas atendidas por esses contadores?

Chamun - Os empresários ficam sem esse respaldo. As empresas também vão ter dificuldade. Tem empresas que fecharam, elas não vão pagar honorários.

Contab - A Fenacon fez um trabalho junto à Receita Federal. Quais foram as demandas apresentadas e quais as atendidas?

Chamun - A declaração de Imposto de Renda ficou para o dia 31 de agosto. Toda as obrigações acessórias foram prorrogadas nas cidades afetadas no Rio Grande do Sul. Foi uma conquista importante, a Fenacon participou diretamente disso, foi um grande avanço para nós, mas tem ainda as questões legais. Fizemos outros pedidos como, por exemplo, a ajuda emergencial para a suspensão dos contratos, como foi feito no período da pandemia. Pedimos que as empresas atingidas pudessem suspender os contratos, ficar sem pagar salário, e o governo participar, ajudando nesse pagamento. Diferentemente do que aconteceu na pandemia, agora a teríamos um atenuante: seria apenas para as empresas daqui, não para todo o Brasil. Mas não fomos atendidos.

Contab - Foi uma negativa ou ainda está em análise?

Chamun - Teve um silêncio. Mas em uma emergência, é como se fosse um não. Não tem espaço para essa espera, afinal, se demora, não adianta. Ficaram adiadas as obrigações principais e acessórias. Conseguimos uma ampliação de todos os prazos, isso foi bem positivo.

Contab - Essa prorrogação se deu para quantos municípios? Seria apenas para aqueles que estão dentro do Decreto de Calamidade Pública?

Chamun - Esta é a questão. O Estado criou outra confusão. Para dar só um exemplo: a portaria da Receita Federal mencionou o decreto, dizendo que ele define as cidades em calamidade pública. Em um primeiro momento, foram 336 municípios, depois mudou para 397, caiu



Diretor de Políticas Estratégicas e Legislativas da Fenacon, Diogo Ferri Chamun, teme pela mudança repentina de prazos

para 46 e, agora, acredito que esteja em 76. Foi uma confusão, e gerou uma insegurança muito grande. Nós ainda estamos confusos quanto a isso, se todos os municípios estão cobertos por esta por essa prorrogação ou não.

Contab - O que aconteceria se novo decreto vier a ser publicado, com menor número de municípios em calamidade?

Chamun - Esse é o nosso medo. Imagina: hoje (o município está em estado de) calamidade e amanhã não está. Será que o prazo termina imediatamente? A partir do momento que o decreto muda a posição, vamos deixar de estar com prazo de 31 de agosto e teremos que entregar tudo no dia? Ou já vai nascer vencido? É uma questão que preocupa muito, mas, sinceramente, não acredito que vá ter maldade nessa situação. **Contab - Existe essa possibilidade?**

Chamun - Acredito que não vá se mexer nesse prazo de 31 de agosto. Já temos

o exemplo da MEI, do empreendedor individual que tem o prazo era hoje (31 de maio) para fazer as declarações. O comitê gestor, que é um comitê nacional que tem Receita Federal, tem poder público, já saiu dizendo que é para todo o Estado do Rio Grande do Sul. É isso que eu imagino, que nós vamos vai ter espaço para uma nova interpretação.

Contab - Os escritórios de municípios que não estão elencados no Decreto também estão em dificuldade?

Chamun - Um exemplo é a declaração de pessoa física, que é mais popular, se faz aqui no Rio Grande do Sul cerca de três milhões. Meu escritório, estando aqui em Porto Alegre, uma cidade tendo reconhecimento da calamidade, pode atender o Brasil inteiro. Se estou com o meu escritório embaixo d'água e tenho que cumprir prazos de clientes que não estão na mesma cidade que eu?

Contab - A Fenacon também tem um pleito sobre

abertura de uma linha de crédito. Como funcionaria?

Chamun - Veio, espontaneamente, do governo a questão de antecipações. A antecipação do Fundo de Garantia (FGTS) e a antecipação da restrição da restituição do Imposto de Renda (IRPF), além de linhas de crédito como o Pronampe e outras linhas mais facilitadas. Mas o que se pede é um pouco mais do que isso. Tem, por exemplo, o movimento Resgata Rio Grande, em que as federações e a iniciativa privada pedem a isenção dos impostos até dezembro. É uma medida mais forte, mais consistente, não seria nada mal.

Contab - Quais as demandas que ainda seriam necessárias?

Chamun - A questão do auxílio emergencial, de se fazer a suspensão dos contratos e o governo remunerar. E a questão (de prorrogação) dos impostos, que, me possível e razoável, parece diante da emergência. Basicamente isso.